

# **SPE Santa Maria**

## **Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretores da  
SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, as quais foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

## Outros assuntos

### *Demonstrações financeiras societárias*

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado, com data de 31 de março de 2025.

### **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima  
Contador  
CRC nº 1 SP 257330/O-5

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.241	3.232	Fornecedores		3.792	720
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	2.975	2.581	Financiamentos	11	5.861	5.496
Impostos a recuperar		112	237	Impostos e contribuições a recolher		722	496
Despesas pagas antecipadamente		10	218	Encargos setoriais		63	43
Outros créditos a receber		113	145	Adiantamento de clientes		484	895
Total do ativo circulante		<u>6.451</u>	<u>6.413</u>	Dividendos a pagar		5.471	4.133
				Obrigações trabalhistas		436	344
NÃO CIRCULANTE				Passivo de arrendamento		-	49
Aplicação financeira - Conta Reserva BNDES		3.273	3.293	Partes relacionadas	12	<u>756</u>	-
Depósitos judiciais	10	11.624	10.608	Total do passivo circulante		<u>17.585</u>	<u>12.176</u>
Imobilizado	8	102.211	102.687				
Intangível	9	13.342	13.975	NÃO CIRCULANTE			
Bens de direito de uso		-	44	Financiamentos	11	114.026	113.942
Total do ativo não circulante		<u>130.450</u>	<u>130.607</u>	Total do passivo não circulante		<u>114.026</u>	<u>113.942</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
				Capital social		42.475	42.475
				Reserva legal		5.519	4.367
				Reserva de deságio de investimentos		681	681
				Reservas de lucros		46.282	35.738
				Proventos excedentes da contabilidade societária		<u>(89.667)</u>	<u>(72.359)</u>
				Total do patrimônio líquido		5.290	10.902
TOTAL DO ATIVO		<u>136.901</u>	<u>137.020</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>136.901</u>	<u>137.020</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Operações em continuidade		30.828	29.889
Disponibilização do sistema de transmissão		30.828	29.889
Tributos:			
PIS		(201)	(261)
COFINS		(925)	(830)
		(1.126)	(1.091)
Encargos:			
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(114)	(110)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(305)	(296)
		(419)	(406)
RECEITA LÍQUIDA	15	29.283	28.392
Custos e despesas:			
Pessoal		(2.192)	(1.744)
Serviços de terceiros		(4.413)	(4.361)
Depreciação e amortização		(4.698)	(4.676)
Arrendamento e aluguéis		(147)	(83)
Outras receitas (despesas) operacionais		(490)	(271)
	16	(11.939)	(11.135)
RESULTADO DA ATIVIDADE		17.344	17.257
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		1.883	2.096
Despesas financeiras		(11.723)	(11.635)
	17	(9.840)	(9.539)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		7.504	7.718
Despesa com impostos sobre o lucro		(1.778)	(1.609)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	13	(1.778)	(1.609)
LUCRO DO EXERCÍCIO		5.726	6.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.726	6.109
TOTAL RESULTADOS ABRANGENTES	<u>5.726</u>	<u>6.109</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

Nota	Capital social	Reserva de deságio de investimento	Reservas de lucros			Proventos excedentes da contabilidade societária	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Reserva especial de dividendos	Reserva de lucros				
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022	42.475	681	3.497	2.090	30.661	(61.068)	-	-	18.336
Outros	-	-	-	-	89	-	-	-	89
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	6.109	6.109
Constituição da reserva legal	-	-	870	-	-	-	-	(870)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	(2.090)	(7.410)	-	-	-	(9.500)
Dividendos obrigatórios (25%)	-	-	-	-	-	-	-	(4.133)	(4.133)
Realização de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	12.398	-	-	(12.398)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	(11.291)	-	11.291	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	42.475	681	4.367	-	35.738	(72.359)	-	-	10.902
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	5.726	5.726
Constituição da reserva legal	14.a	-	1.152	-	-	-	-	(1.152)	-
Dividendos obrigatórios (25%)	-	-	-	-	-	-	-	(5.471)	(5.471)
Realização de reserva de lucros	14.a	-	-	-	(5.867)	-	5.867	-	-
Pagamento de dividendos	14.a	-	-	-	-	-	(5.867)	-	(5.867)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	16.411	-	-	(16.411)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	14.a	-	-	-	-	(17.308)	-	17.308	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	42.475	681	5.519	-	46.282	(89.667)	-	-	5.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	5.726	6.109
Ajuste para:		
Depreciação e amortização	4.698	4.673
Encargos de dívidas e juros	11.694	11.559
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	1.778	1.609
Provisão para programa e desenvolvimento	-	(169)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	9
Outros	-	460
	<u>23.896</u>	<u>24.250</u>
Variações em:		
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	(394)	(187)
Impostos e contribuições a recuperar	125	85
Despesas pagas antecipadamente	208	(187)
Depósitos judiciais	(1.016)	(880)
Outros créditos a receber	32	-
Fornecedores	3.072	151
Parte relacionadas	756	-
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	92	292
Obrigações tributárias e previdenciárias	-	(389)
Adiantamento de clientes	(411)	775
Impostos e contribuições a recolher	(329)	-
Encargos setoriais	20	-
Outras contas a pagar	(49)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>26.002</u>	<u>23.910</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.223)	(2.095)
Juros pagos de debêntures	<u>(5.848)</u>	<u>(5.839)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>18.931</u>	<u>15.978</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicação financeira	20	(323)
Aquisição Imobilizado	<u>(3.545)</u>	<u>(48)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(3.525)</u>	<u>(371)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-	(5.073)
Pagamento de passivo de arrendamento	-	45
Pagamento de empréstimos com terceiro	(5.397)	-
Pagamento de dividendos	<u>(10.000)</u>	<u>(14.096)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(15.397)</u>	<u>(19.123)</u>
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>9</u>	<u>(3.516)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.232	6.748
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.241	3.232
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>9</u>	<u>(3.516)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (“Santa Maria” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de outubro de 2015, e é controlada pela Verene Energia S.A. Possui como objeto social a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, incluídas a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que consistem em: (i) Linha de Transmissão Santa Maria 3 - Santo Ângelo 2, em 230 kV, circuito um, circuito simples, com extensão aproximada de 158 km, com origem na Subestação Santa Maria 3 e término na Subestação Santo Ângelo 2; (ii) Reator de linha 230 kV trifásico (1 x 15 Mvar) na Subestação Santa Maria 3; e (iii) entradas de linha, conexão de reator, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Companhia entrou em operação comercial em 3 de outubro de 2018.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão são como segue:

<u>Número</u>	<u>Anos</u>	<u>Prazo</u>	<u>RAP 24/25</u>	<u>Índice de Correção</u>
03/2016	30	18/01/2046	R\$30.563	IPCA

A Companhia receberá, pela prestação do serviço público de transmissão, a RAP, por meio de resolução homologatória (REH) emitida pela ANEEL, atualizada no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP da Companhia é de R\$30.563, conforme Resolução Homologatória nº 3.348/2024.

A Receita Anual Permitida (“RAP”) garante que a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Companhia ocorreu por meio da REH 2.882 (vigente a partir de 1º de julho de 2021), que reajustou a RAP em 10,54%.

##### 1.1. Concessão

Localizada no estado do Rio Grande do Sul, composta pela linha de transmissão Santa Maria 3 - Santo Ângelo 2, com extensão de 158 km, a concessão foi outorgada no leilão nº 01/2015 Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), processo nº 48500.006132/2014-44 e possui prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em janeiro de 2046, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 03812/2023 com validade até 21/11/2028.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada em 30 de abril de 2025 pela Diretoria.

## 1.2. O Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), que possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por grandes distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso de reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas - partes da potência da usina.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

Existem diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE exige tratamentos e divulgações alternativos para certas práticas contábeis e de divulgação das demonstrações contábeis regulatórias. As diferenças entre as práticas contábeis regulatórias e as práticas contábeis adotadas no Brasil estão demonstradas na nota explicativa nº 20.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa.

### 2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

## 2.3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício e estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

### a) Provisão para riscos

As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

## 2.4. Informações por Segmento

A Companhia, atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e tem como atividade a disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”). Este contrato estabelece os termos e as condições que regulam o ONS na cobrança e liquidação dos encargos de uso de transmissão, sem a interferência da Companhia sobre a definição dos usuários e quanto cada um pagará pelo acesso das linhas de transmissão. A gerência e administração do contrato será de inteira responsabilidade do ONS, sem qualquer obrigação contratual direta da Companhia frente aos usuários que acessarão a linha de transmissão.

## 3. PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS MATERIAIS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras societárias descritas na nota explicativa 2.4, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### a) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Os itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. O custo inclui todos os gastos que são diretamente relacionados à aquisição de um ativo.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada um de seus componentes. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação do imobilizado operacional estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido através da Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

b) Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

c) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas por “impairment” a serem reconhecidas no período apresentado.

d) Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da Receita Anual Permitida (“RAP”). A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

3.1. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigor em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de performance.

- ICPC 01 - Contratos de Concessão

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

#### 4. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

##### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros e risco regulatório.

###### (a) Risco de crédito

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas ou agentes que utilizam a infraestrutura do Sistema Interligado de Nacional (“SIN”), cuja concessão da Companhia faz parte, por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”). Essa tarifa advém do rateio entre os usuários do SIN de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”); e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou aos vários agentes de geração, distribuição e consumidores livres, a obrigação do pagamento mensal da RAP que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo, apresentando baixo risco de crédito.

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo do contas a receber de concessionárias e permissionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que existe uma robusta estrutura de garantias gerenciada pelo ONS para cobrir as obrigações dos agentes.

## (b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar os limites e indicadores previstos nas cláusulas dos contratos de empréstimos e a liquidez suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações de baixo risco, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para se adequar ao planejamento financeiro da companhia.

## (c) Risco de taxa de juros e inflação

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui instrumentos financeiros expostos ao risco da taxa de juros e inflação.

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

Indicadores	Exposição Realizado (i)	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%
<u>Ativo</u>				
CDI/Selic	10,83%	15,00%	18,75%	22,50%
Caixa e equivalentes	3.241	486	608	729
<u>Passivo</u>				
IPCA	4,83%	5,50%	6,88%	8,25%
Financiamentos	119.887	(6.594)	(8.242)	(9.891)
Despesa líquida das variações		(6.108)	(7.634)	(9.162)

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 24 de janeiro de 2025.

## (d) Risco regulatório

A extensa legislação e regulamentação governamental emitida pelos órgãos Ministério de Minas e Energia (“MME”), Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) e Ministério do Meio Ambiente impõe uma série de normas e obrigações que a concessionária deve respeitar na exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica. O descumprimento destas obrigações impõe penalidades às concessionárias e, em casos extremos, a perda da concessão.

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros são compostos como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo a custo amortizado:		
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	2.975	2.581
Caixa e equivalentes de caixa	3.241	3.232
Depósitos Judiciais	11.624	10.608
Aplicação financeira - Conta Reserva BNDES	<u>3.273</u>	<u>3.293</u>
Total	<u>21.113</u>	<u>19.714</u>
Passivo a custo amortizado:		
Financiamentos	119.888	119.438
Dividendos	5.471	4.133
Fornecedores	<u>3.792</u>	<u>720</u>
Total	<u>129.151</u>	<u>124.291</u>

## 6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Curto prazo:		
Bancos conta movimento	901	2.247
Aplicação financeira automática (a)	<u>2.340</u>	<u>985</u>
Total	<u>3.241</u>	<u>3.232</u>
Longo prazo:		
Aplicação financeira - Conta reserva - BNDES - LP (b)	<u>3.273</u>	<u>3.293</u>
Total	<u>3.273</u>	<u>3.293</u>

(a) Aplicações financeiras de liquidez imediata são investimentos em CDB de liquidez diária, remunerados a taxas que variam em torno de 100% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

- (b) A aplicação financeira - Conta reserva - BNDES se refere a investimento em fundo com lastro em títulos públicos de baixo risco. Esta conta reserva foi constituída devido à exigência contratual do Financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social ("BNDES"), onde a Companhia deve manter três vezes o valor da primeira prestação mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato, até a liquidação total da obrigação. Ver detalhes sobre o financiamento junto ao BNDES através da nota explicativa nº 9.

## 7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Corrente a vencer	Corrente vencida				Total 2024	Total 2023
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.698	76	68	21	112	2.975	2.581
Total	2.698	76	68	21	112	2.975	2.581

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não recebimento, como agente de transmissão, poderá acionar o mecanismo de constituição de garantia dos agentes junto ao ONS.

## 8. IMOBILIZADO

Administrativo	Taxa de depreciação	2024			2023
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	507	(170)	337	234
Móveis e utensílios	10%	19	(2)	16	2
Máquinas e equipamentos	10%	349	(111)	238	257
Equipamento de informática	20%	202	(145)	57	83
Softwares	20%	44	(1)	43	-
Total		1.120	(429)	691	577
Transmissão:					
Edificações e obras	3,50%	2.122	(464)	1.658	1.734
Máquinas e equipamentos	3,20%	118.719	(23.396)	95.323	99.117
Móveis e utensílios	6,30%	125	(48)	77	85
Material de depósito		1.174	-	1.174	1.174
Imobilizado em andamento		3.288	-	3.288	-
Total		125.429	(23.908)	101.520	102.110
Total Imobilizado		126.549	(24.338)	102.211	102.687

A movimentação do imobilizado é como segue:

	2023	Adições	Transferências	Depreciação	2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.968	177	-	(149)	1.995
Máquinas e equipamentos	99.374	14	-	(3.828)	95.561
Móveis e utensílios	87	15	-	(8)	94
Equipamento de informática	83	9	-	(35)	57
Material de depósito	1.174	-	-	-	1.174
Imobilizado em Andamento	-	3.288	-	-	3.288
Software	-	44	-	(1)	43
Total	102.687	3.545	-	(4.021)	102.211

## 9. INTANGÍVEL

A movimentação foi como segue:

	<u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>2024</u>
Servidões	13.975	-	(633)	13.342
	<u>13.975</u>	<u>-</u>	<u>(633)</u>	<u>13.342</u>

A rubrica servidões representa o valor desembolsado pela companhia para obtenção da utilização de terrenos de terceiros. Os valores são amortizados pelo método linear a uma taxa anual de 3,7% calculada com base no prazo remanescente da concessão, após a entrada em operação comercial.

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária Declaratória nº 5023983-70.2020.4.02.5101 perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro para questionar a tributação da totalidade do lucro diferido decorrente da receita de construção e atualização do ativo relativa aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, em razão da mudança de regime de apuração do IRPJ e da CSLL.

Em 30 de abril de 2020, foram realizados depósitos judiciais no montante de R\$6.093 referentes ao IRPJ e R\$2.194 referentes à CSLL, correspondentes aos valores historicamente devidos.

Esses depósitos são atualizados na taxa Selic e em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$11.624.

Caso a Companhia venha a perder o processo, o pagamento do saldo dos impostos diferidos à UNIÃO é creditado e compensado nas apurações de impostos corrente futuras.

## 11. FINANCIAMENTOS

A Composição foi como segue:

<u>Tipo</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Custo nominal</u>	<u>Data da emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
BNDES	109.906	IPCA + 2,98% + 1,89%	Dez./18	Jul./42	119.887	119.438

A movimentação foi como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	119.438	118.790
Encargos	11.771	11.559
Amortização	(5.397)	(5.073)
Pagamento de juros	(5.848)	5.839
Custo de captação (a)	(77)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>119.887</u>	<u>12.325</u>

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante	5.861	5.496
Não circulante	<u>114.026</u>	<u>113.942</u>
Total	<u><u>119.887</u></u>	<u><u>119.438</u></u>

#### Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>2024</u>
Circulante	5.861
2026	6.301
2027	6.848
2028	7.447
2029	8.102
Após 2029	<u>85.329</u>
Total	<u><u>119.888</u></u>

Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento no montante total de R\$109.906 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES (Linha - FINEM), divididos em 2 (dois) subcréditos no valor de R\$54.953, dos quais a Companhia captou, parcialmente, o montante de R\$5.064 durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O financiamento é amortizável em 279 parcelas mensais e consecutivas a partir de 15 maio de 2019 e com vencimento final em 15 de julho de 2042. Sobre o empréstimo, incidem (i) encargos de IPCA, calculado de forma “pro rata temporis”, (ii) taxa de juros pré fixada de 2,98% ao ano e (iii) “Spread” do BNDES de 1,89% ao ano.

Em junho de 2022, a companhia obteve o “completion” financeiro e realizou a exoneração da fiança bancária. A partir de então, a companhia tem a obrigação de cumprir o ICSD mínimo de 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias.

No exercício de 2024, o ICSD apurado é de 1,8x.

Outras garantias ao financiamento incluem o penhor de 100% das ações da Companhia, os recebíveis da concessão e a conta reserva equivalente a 3 (três) vezes o valor da primeira prestação mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato, conforme demonstrado na rubrica Aplicação Financeira - Conta Reserva - BNDES. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente quanto às obrigações contratuais estabelecidas no contrato de financiamento.

## 12. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A pagar e resultado (a):		
Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.	682	-
Linha Verde II S.A.	<u>74</u>	<u>-</u>
	756	-
Dividendos (b):		
Verene Energia S.A.	<u>5.471</u>	<u>6.244</u>
Total	<u><u>6.227</u></u>	<u><u>6.244</u></u>

- (a) O saldo refere-se aos valores rateados em 2024, conforme contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura.
- (b) Dividendos mínimos obrigatórios conforme notas explicativas nº 3 e nº 13.

#### 12.1. Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas”, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$624 durante o exercício findo em 2024 (R\$681 em 2023), sendo salários e benefícios variáveis. Não existem planos de opções de ações como parte da remuneração dos diretores.

### 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Movimentação do imposto de renda e contribuição social correntes

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	30.669	30.669	29.889	29.889
(=) Lucro presumido	3.086	3.681	2.391	3.587
Receitas financeiras	1.883	1.883	2.095	2.095
Outras receitas	174	174	-	-
Base de cálculo	5.143	5.737	4.486	5.682
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto corrente no resultado	<u>1.262</u>	<u>516</u>	<u>1.098</u>	<u>511</u>

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R\$42.475, e está representado por 42.475 ações ordinárias de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia em 2024 era:

	2024
<u>Acionistas</u>	
Verene Energia S.A.	<u>42.475</u>
Total	<u>42.475</u>

No exercício de 2024 foram declarados e provisionados, reserva legal (5% do Lucro Líquido) e os dividendos mínimos obrigatórios (25% do Lucro Líquido), conforme previsto no estatuto da companhia. O saldo restante foi contabilizado na reserva de lucros conforme demonstrado a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício (societário)	14.146	17.400
Reapresentação de resultado de anos anteriores	8.889	-
Total	<u>23.035</u>	<u>17.400</u>
(-) Reserva legal - 5%	<u>(1.152)</u>	<u>(870)</u>
Base de cálculo para dividendo mínimo obrigatório - 25%	21.882	16.530
(-) Dividendos Mínimos obrigatórios	<u>(5.471)</u>	<u>(4.133)</u>
(-) Reservas de Lucros	<u>(16.411)</u>	<u>(12.398)</u>

Em 2024, a Companhia pagou dividendos no valor de R\$10.000 com base nas seguintes fontes:

- (i) R\$4.133 dos dividendos mínimos obrigatórios oriundos do resultado de 2023.
- (ii) R\$5.867 da reserva de lucros.

A reserva de deságio de investimento no valor R\$681 em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi contabilizada pela Aletheia Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. ("Aletheia") quando da compra da Companhia em 26 de junho de 2017. Nessa mesma data a Aletheia foi incorporada na Companhia.

b) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (societário)	14.146	17.400
Quantidade de ações	<u>42.475</u>	<u>42.475</u>
Lucro por lote de mil ações	<u>333,03</u>	<u>409,66</u>

## 15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Disponibilização do sistema de transmissão	30.669	29.889
Outras receitas	<u>159</u>	<u>-</u>
	<u>30.828</u>	<u>29.889</u>
Deduções:		
PIS/COFINS corrente	(1.126)	(1.091)
Encargos do consumidor (a)	<u>(419)</u>	<u>(406)</u>
	<u>(1.544)</u>	<u>(1.497)</u>
Saldo Final	<u>29.284</u>	<u>28.393</u>

(a) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização e Conta de Desenvolvimento Energético.

## 16. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

<u>Custos operacionais</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pessoal	652	443
Serviços de terceiros (a)	4.098	3.494
Aluguéis	103	38
Comunicação	1	148
Depreciações e amortizações	4.510	4.510
Outros	<u>192</u>	<u>403</u>
Saldo final	<u>9.556</u>	<u>9.036</u>

(a) Variação refere-se substancialmente a serviços voltados para atividades de meio ambiente como reposição florestal e resgate de sítios arqueológicos.

<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pessoal	1.540	1.301
Serviços de terceiros	315	317
Depreciações e amortizações	188	164
Outros	<u>341</u>	<u>317</u>
Saldo final	<u>2.384</u>	<u>2.099</u>

## 17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas sobre aplicações	733	1.198
Variações monetárias	<u>1.150</u>	<u>898</u>
Outras receitas financeiras	<u>1.883</u>	<u>2.096</u>
Juros sobre empréstimo - BNDES	(11.555)	(11.438)
Outros juros e multas	<u>(167)</u>	<u>(197)</u>
Despesas financeiras	<u>(11.722)</u>	<u>(11.635)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(9.839)</u>	<u>(9.539)</u>

## 18. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2024, a companhia é beneficiária das seguintes apólices de seguro:

	<u>Vigência</u>	<u>Limite máx. indenizável</u>
Responsabilidade Civil (*)	20/12/2024 a 20/12/2025	50.000
Riscos operacionais (*)	20/12/2024 a 20/12/2025	72.000
“Directors and Officers” (*)	28/07/2024 a 28/01/2026	50.000

(\*) Estas apólices cobrem as coligadas da Companhia.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para eventuais sinistros considerando a natureza de suas atividades; para cobrir danos a terceiros, incluindo seus funcionários, além de seus bens tangíveis atrelados à concessão, inclusive as linhas de transmissão do projeto. Adicionalmente, a Companhia possui cobertura de seguro de diretores e administradores - “Directors and Officers”.

## 19. PROVISÕES PARA RISCOS

(1) Contingências de natureza cível

Existem contingências cíveis cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia, com o subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível.

Para estas, não foi constituída provisão, no valor de R\$1.085, referente aos 17 (dezesete) processos de servidão administrativa, e, também como possível, para o qual não foi constituída provisão, no valor da causa de R\$58, referente ao único processo indenizatório por dano material.

(2) Contingências de natureza fiscal

Existem contingências fiscais cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia, com o subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no valor de R\$8.287, para as quais não foi constituída provisão, referente aos processos nº 5023791-40.2020.4.02.5101 e 5023983-70.2020.4.02.5101.

20. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

A Companhia seguiu a regulamentação societária para contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias e para fins regulatórios a Companhia seguiu a regulamentação regulatória determinada pelo Órgão Regulador apresentada no MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória.

## Balanço patrimonial societário e regulatório - ativo

Contas	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
<u>Ativos circulantes</u>							
Caixa e equivalentes de caixa		3.241	-	3.241	3.232	-	3.232
Concessionárias e Permissãoárias		2.975	-	2.975	2.581	-	2.581
Tributos a compensar		112	-	112	237	-	237
Despesas pagas antecipadamente		10	-	10	218	-	218
Ativo da Concessão - Ativo de contrato	(i)	-	26.380	26.380	-	25.291	25.291
Outros créditos a receber		113	-	113	145	-	145
Total dos ativos circulantes		<u>6.453</u>	<u>26.380</u>	<u>32.831</u>	<u>6.412</u>	<u>25.291</u>	<u>31.704</u>
<u>Ativos não circulantes</u>							
Aplicação financeira - Conta reserva BNDES		3.273	-	3.273	3.293	-	3.293
Depósitos e cauções		11.624	-	11.624	10.608	-	10.608
Ativo da Concessão - Ativo de contrato	(i)	-	198.276	198.276	-	191.464	191.464
Imobilizado administrativo		691	-	691	577	-	577
Imobilizado - transmissão	(iv)	101.520	(101.520)	-	102.110	(102.110)	-
Bens de direito de uso		-	-	-	44	-	44
Intangível	(iv)	13.342	(13.342)	-	13.975	(13.975)	-
Total ativos não circulantes		<u>130.450</u>	<u>83.414</u>	<u>213.864</u>	<u>130.607</u>	<u>75.379</u>	<u>205.986</u>
Total dos ativos		<u>136.903</u>	<u>109.794</u>	<u>246.696</u>	<u>137.020</u>	<u>100.670</u>	<u>237.689</u>

**Balanco patrimonial societário e regulatório - passivo**

Contas	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Passivos circulantes							
Fornecedores		3.792	-	3.792	720	-	720
Financiamentos		5.861	-	5.861	5.496	-	5.496
Obrigações tributárias e encargos		722	-	722	496	-	496
Encargos setoriais		63	-	63	43	-	43
Adiantamento de clientes		484	-	484	895	-	895
Obrigações trabalhistas		436	-	436	343	-	343
Dividendos		5.471	-	5.471	4.133	-	4.133
Passivo de arrendamento		-	-	-	49	-	49
Partes relacionadas		756	-	756	-	-	-
Total dos passivos circulantes		<u>17.585</u>	<u>-</u>	<u>17.585</u>	<u>12.175</u>	<u>-</u>	<u>12.175</u>
Financiamentos		114.026	-	114.026	113.942	-	113.942
PIS e COFINS diferidos	(iii)	-	8.200	8.200	-	7.912	7.912
IRPJ e CSLL diferidos	(ii)	-	11.927	11.927	-	11.512	11.512
		<u>114.026</u>	<u>20.127</u>	<u>134.153</u>	<u>113.942</u>	<u>19.424</u>	<u>133.366</u>
Capital		42.475	-	42.475	42.475	-	42.475
Reserva legal		5.519	-	5.519	4.367	-	4.367
Reserva de deságio de investimentos		681	-	681	681	-	681
Reserva de lucros	(v)	46.282	-	46.282	44.626	-	44.626
Reserva de Proventos excedentes da contabilidade societária		(89.667)	89.667	-	(81.246)	81.246	-
Patrimônio líquido	(v)	<u>5.290</u>	<u>89.667</u>	<u>94.957</u>	<u>10.903</u>	<u>81.246</u>	<u>92.149</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>136.901</u>	<u>109.794</u>	<u>246.695</u>	<u>137.020</u>	<u>100.670</u>	<u>237.690</u>

**Demonstração do resultado do exercício**

Nota	2024			2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade	<u>30.828</u>	<u>7.902</u>	<u>38.730</u>	<u>29.889</u>	<u>7.542</u>	<u>37.431</u>
Disponibilização do sistema de transmissão	(vi) <u>30.828</u>	<u>7.902</u>	<u>38.730</u>	<u>29.889</u>	<u>7.542</u>	<u>37.431</u>
Tributos:						
PIS	(201)	(51)	(252)	(261)	18	(243)
COFINS	(925)	(238)	(1.163)	(830)	(292)	(1.122)
	<u>(1.126)</u>	<u>(51)</u>	<u>(1.415)</u>	<u>(1.091)</u>	<u>18</u>	<u>(1.365)</u>
Encargos:						
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(114)	-	(114)	(110)	-	(110)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(305)	-	(305)	(297)	-	(297)
	<u>(419)</u>	<u>-</u>	<u>(419)</u>	<u>(407)</u>	<u>-</u>	<u>(407)</u>
Receita líquida	<u>29.283</u>	<u>7.851</u>	<u>36.896</u>	<u>28.391</u>	<u>7.560</u>	<u>35.659</u>
Custos e despesas:	(vii)					
Pessoal	(2.192)	-	(2.192)	(1.744)	-	(1.744)
Serviços de terceiros	(4.413)	(3.481)	(7.894)	(4.361)	-	(4.361)
Depreciação e amortização	(4.698)	4.510	(188)	(4.676)	4.512	(164)
Arrendamento e aluguéis	(147)	46	(101)	(83)	45	(38)
Outras receitas (despesas) operacionais	(490)	149	(341)	(271)	(47)	(318)
	<u>(11.940)</u>	<u>1.224</u>	<u>(10.716)</u>	<u>(11.135)</u>	<u>4.510</u>	<u>(6.625)</u>
Resultado da atividade	<u>17.343</u>	<u>9.075</u>	<u>26.180</u>	<u>17.256</u>	<u>12.070</u>	<u>29.034</u>

	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Resultado financeiro:							
Receitas financeiras		1.883	-	1.883	2.096	-	2.096
Despesas financeiras		(11.722)	-	(11.722)	(11.635)	-	(11.635)
		(9.839)	-	(9.839)	(9.539)	-	(9.539)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		7.504	9.075	16.341	7.717	12.070	19.495
Despesa com impostos sobre o lucro		(1.778)	(417)	(2.195)	(1.609)	(486)	(2.095)
Imposto de renda e contribuição social		(1.778)	(417)	(2.195)	(1.609)	(486)	(2.095)
Lucro do exercício		5.726	8.658	14.146	6.109	11.584	17.400

A seguir, são detalhadas a natureza e as explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia adota nas suas demonstrações financeiras societárias, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, o CPC 47 - Receita de contratos com clientes, e a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida é composta por uma parcela que remunera o ativo da concessão constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear, quando ocorrer a fase de operação.

As receitas de implementação da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que dita o CPC 47, respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que, para fins regulatórios, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes, quando aplicável.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) PIS e COFINS diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o PIS e COFINS diferidos.

## (iv) Imobilizado e intangível

Considerando que, para fins regulatórios, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- i. Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1).
- ii. Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

## (v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido regulatório e societário

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Patrimônio líquido regulatório	5.290	10.902
<u>Ativo financeiro da concessão, líquido de Pis e Cofins</u>		
Do exercício	7.613	7.267
Acumulado do exercício anterior	63.196	55.929
<u>Depreciação e outros custos capitalizados</u>		
Do exercício	1.222	4.510
Acumulado do exercício anterior	23.420	18.910
<u>Receita de Revisão Tarifária - RTP</u>		
Do exercício	-	-
Acumulado do exercício anterior	6.690	6.690
<u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>		
Do exercício	(417)	(486)
Acumulado do exercício anterior	(10.317)	(9.831)
<u>Ajuste de exercícios anteriores</u>		
Do exercício		
Acumulado do exercício anterior	(1.741)	(1.741)
Patrimônio líquido societário (reapresentado para 2023)	<u>94.957</u>	<u>92.149</u>

## (vi) Receita líquida

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação da CPC 47. A receita, para fins regulatórios, é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema e transmissão na fase de operação e os efeitos da CPC 47 são desconsiderados.

## (vii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias. As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Conciliação do lucro societário e regulatório	2024	2023
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária	14.146	17.400
Receita bruta (CPC 47)	(7.902)	(7.542)
Tributos e encargos – PIS e COFINS (CPC 47)	289	274
Depreciação e amortização (CPC 47)	(4.510)	(4.512)
Custos operacionais (CPC 47)	3.286	3
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos (CPC 47)	417	486
Lucro líquido do exercício regulatório	5.726	6.109